



Atentos, os senadores ouvem os dirigentes da Bolsa de Mercadorias & Futuros dizerem que a instituição tinha condições de absorver os prejuízos do Banco Marka

CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

BM&F nega ter solicitado ajuda para dois bancos

Presidente da bolsa atribui ao BC responsabilidade exclusiva pela operação e superintendente diz que carta foi escrita "a pedido do Banco Central"

Os dirigentes da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) garantiram à CPI do Sistema Financeiro que não solicitaram ao Banco Central a operação de ajuda aos bancos Marka e FonteCindam. Ao atribuir ao BC responsabilidade exclusiva pela iniciativa, o presidente da BM&F, Manoel Félix Cintra Neto, disse que a bolsa tinha condições de arcar com os prejuízos do Marka. O superintendente-geral da BM&F, Edegar Pinto, também em depoimento à CPI, admitiu que uma carta da bolsa alertando para a possibilidade de "risco sistêmico"

no mercado foi redigida "a pedido do Banco Central" e enviada no dia 15 de janeiro, quando as operações de socorro ao Marka e ao FonteCindam já haviam sido decididas. O depoimento dos dois foi um dos mais longos da CPI: durou sete horas e meia. O presidente interino da CPI, senador José Roberto Arruda, viu indícios de que a carta foi escrita com o objetivo de produzir uma justificativa para a decisão de vender dólares mais baratos aos dois bancos.

PÁGINAS 4 E 5



"A decisão de não liquidar o Marka foi exclusiva do Banco Central, pois a bolsa não teria por que ficar preocupada com isso."

Manoel Félix Cintra Neto, presidente da BM&F

Privatização de Furnas terá audiência

PÁGINA 8

Balanço mostra aprovação de três matérias

PÁGINA 4

CPI DO JUDICIÁRIO

Mais dois juízes do TRT-SP são ouvidos

O juiz Nicolau Neto mostrava-se "um homem poderoso" e usava jatinho para vir a Brasília em busca de recursos para a obra do TRT de São Paulo, disse ontem o sucessor de Nicolau na presidência do tribunal, José Victório Moro. Outro ex-presidente do TRT, Délvio Buffulin, tentou justificar os quatro aditivos da obra, mas não convenceu os senadores.

PÁGINAS 2 E 3



Observado pelos senadores Paulo Souto (E) e Ramez Tebet, José Victório Moro depõe na CPI

CPIs vão aprimorar leis e punir corruptos

Promessa é do senador Antonio Carlos Magalhães, ao garantir que comissões terminarão seus trabalhos dentro do prazo de 120 dias e, se necessário, farão reuniões aos sábados e domingos

Após participar das reuniões das duas CPIs em funcionamento no Senado, o senador Antonio Carlos Magalhães, presidente da Casa, disse ontem que a atuação das CPIs "está prestigiando o Congresso Nacional e disso vai resultar uma nova legislação para o Judiciário, com a punição dos corruptos, bem como novas normas para o Banco Central e, se necessário e for provado, também a punição dos corruptos".

O senador reafirmou estar convencido de que será possível concluir os trabalhos das duas comissões de inquérito no prazo original, de 120 dias. Ele disse que esse prazo deverá ser cumprido, realizando-se, se for o caso, reuniões aos sábados e domingos. Segundo Antonio Carlos, as atividades das CPIs "caminham bem e todos os depoimentos tomados foram necessários, mas é preciso evitar os desnecessários".

A respeito do depoimento do deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) na CPI do Sistema Financeiro, o presidente do Senado disse que o parlamentar "deu uma

aula sobre assunto conhecido, e consequentemente causando uma frustração, pois seus aliados geraram uma expectativa que não se realizou, provocando um tiro n'água".

Sobre a notícia de punição aplicada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a implicados na construção do prédio das juntas de conciliação e julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Antonio Carlos considerou a decisão acertada, "embora extremamente retardada". O senador referia-se à informação de que o ex-presidente do tribunal Nicolau dos Santos Neto; outro ex-presidente, Dêlvio Buffulin; a empresa Incal Incorporações S/A, contratada para a realização da obra; e o engenheiro Antônio Carlos da Gama e Silva foram condenados a devolver R\$ 57.374.209,84 aos cofres públicos.

— O TCU já devia ter feito isso há mais tempo e, se não fosse a CPI do Judiciário, nada seria feito — afirmou.

Com relação ao noticiário sobre preocupações do presidente da República com a unidade dos partidos que dão sus-



Antonio Carlos (na foto, em seminário do PFL na Câmara dos Deputados) afirmou que a base de sustentação do governo vive uma situação normal

tentação política ao governo, Antonio Carlos disse que "a base de sustentação vive uma situação normal e o presidente sabe que conta com sua base". O senador ressaltou, no entanto, que "uma divergência aqui e ali também é normal".

O presidente do Senado comentou ainda o anúncio feito pelo governo federal da extinção do Fundo de Estabilização Fiscal

(FEF) no final deste ano. Ele elogiou a iniciativa, acrescentando que "a medida vai efetivamente ajudar os estados e os municípios" e vem somar-se a outras já anunciadas pelo Palácio do Planalto, em cumprimento ao compromisso assumido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com os governadores, em encontro na Granja do Torto, em Brasília.

Osmar quer manter ritmo das comissões

Durante a reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) cobrou dos líderes partidários o cumprimento de acordo no sentido de que as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) não

funcionem nos horários destinados às comissões permanentes do Senado.

O senador mostrou-se insatisfeito com o fato de a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que preside, não ter atingido o quorum na reunião da quarta-feira, ficando impossibilitada de votar pareceres.

Para Osmar Dias, o Senado não pode paralisar suas atividades em função da realização das CPIs. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presente à reunião da CI, apoiou a reclamação do senador pelo Paraná.



Osmar Dias

Carlos Wilson critica pagamento feito a juízes

O vice-presidente da CPI do Judiciário, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), criticou o pagamento de R\$ 1,7 milhão, a título de diferença salarial, para 11 juízes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, num período em que o governo suspendeu qualquer aumento de salário para os servidores públicos. O senador questionou esse pagamento ao ex-presidente do TRT de São Paulo, juiz Dêlvio Buffulin, durante depoimento deste na CPI, ontem.

Carlos Wilson observou que o pagamento correspondeu a 84,32% do INPC e proporcionou aos juízes um "significativo aumento no patrimônio". Em 1997, após a reposição, a renda anual desses juízes foi de R\$ 349,7 mil, baixando para R\$ 167,4 mil em 1998, informou o senador.

Segundo justificou o juiz, o dinheiro foi pago para equilibrar "diferenças salariais" consequentes dos planos econômicos. Num primeiro momento, somente 11 juízes receberam o dinheiro e, no mês passado, acrescentou, os demais 53 juízes que compõem o TRT-SP também receberam a "diferença", embora em valores inferiores.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) quis saber sobre as freqüentes viagens a Brasília do ex-presidente do TRT de São

Paulo, Nicolau dos Santos Neto, encarregado de tocar a obra do prédio do fórum trabalhista, acompanhado de Dêlvio Buffulin, então presidente do tribunal. Buffulin respondeu que somente uma vez viajou para Brasília com Nicolau Neto, admitindo que foi em avião privado, para tratar dos recursos destinados à construção do fórum. Ele disse que desconhece quem cedeu o jato particular para a viagem e que só acompanhou Nicolau Neto porque foi uma chamada de emergência.

Jefferson Péres disse que considerava Buffulin um "homem corajoso", pelo fato de ter decidido assinar o quarto termo aditivo para o contrato da obra, que resul-

tou num desembolso de mais R\$ 34,8 milhões dos cofres públicos, quando o Ministério Público já havia colocado a obra sob suspeita.

Djalma Bessa (PFL-BA) questionou a participação do engenheiro Antonio Carlos da Gama e Silva como único responsável pela construção da obra. O juiz elogiou o engenheiro, dizendo que ele tem experiência com esse tipo de obra pública e é uma pessoa renomada no mercado. José Eduardo Dutra (PT-SE) indagou se Buffulin se sentia culpado pelos problemas ocorridos com a obra. O juiz disse que todos os seus atos foram praticados "dentro da legalidade".

Engenheiros de obra serão convocados

A CPI do Judiciário decidiu ontem convocar para depor os engenheiros Antonio Carlos da Gama e Silva e Gilberto Paixão, que foram os responsáveis pela condução da obra do Fórum das Juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo.

Os senadores que compõem a comissão também aprovaram a convocação do advogado Marco Antonio Colagrossi, que participa da causa das mães da cidade de Jundiá (SP) que tiveram seus filhos adotados por famílias estrangeiras.

O presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que a CPI vai investigar se houve irregularidades no processo de adoção de crianças brasileiras por famílias estrangeiras. Além do advogado, a CPI ouvirá depoimento de duas mães cujos filhos foram adotados por outras famílias.

ACM diz que não disputa o Planalto

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, desmentiu ontem que vá assumir a candidatura à presidência da República, apesar dos resultados das pesquisas de opinião, que tem apontado seu nome como o mais lembrado dentro do PFL. "Não sou o futuro candidato do PFL. O partido vai ter candidato, mas não sou eu", afirmou.

Abordado pela imprensa ao visitar a convenção nacional do partido, Antonio Carlos disse que as sondagens ainda não são definitivas:

— As pesquisas agora estão dando este resultado, mas amanhã poderá ser diferente — ponderou.

Quanto à perspectiva de vir a ser candidato em 2002, o senador respondeu que a idéia não o estimula, "mas é agradável".

Prefeitos prestam homenagem

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu na manhã de ontem 18 prefeitos do Mato Grosso do Sul, que vieram a Brasília a convite do senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) para participar da convenção do Partido da Frente Liberal (PFL) e "homenagear o presidente do Senado por sua liderança e pelo trabalho que desenvolve na Casa", conforme destacou o parlamentar sul-mato-grossense.

No encontro, Juvêncio da Fonseca destacou que, "cumprindo missão recebida do senador Antonio Carlos", os pefelistas iniciaram uma estruturação do partido em Mato Grosso do Sul.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

► 9h - Participa da Convenção Nacional do PFL
Local: Auditório Nereu Ramos

Plenário

► 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalma Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Nicolau viajava a Brasília de jatinho

Revelação é do sucessor do juiz na presidência do TRT de São Paulo. Segundo ele, seu antecessor era festejado no tribunal pela habilidade com que conseguiu recursos para as obras da nova sede

O ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo José Victório Moro declarou ontem à CPI que investiga irregularidades no Poder Judiciário que seu antecessor, o juiz aposentado Nicolau da Costa Neto, por várias vezes afir-

sou seu antecessor, que iniciara a obra, estava apto a conseguir os recursos necessários à sua conclusão.

Moro relatou que em sua cerimônia de posse o grande homenageado foi Nicolau, por ter conseguido iniciar uma obra pela qual outros haviam se empenhado mas nada tinham conseguido. A admiração e confiança dos magistrados do tribunal para com o juiz era tanta que ainda no ano passado eles aprovaram, por unanimidade, o nome de Nicolau para batizar o novo prédio, revelou. O senador Jefferson Pêres (PDT-AM) chamou a atenção para o fato de



Moro (D) disse que Nicolau dos Santos Neto se destacava como "homem poderoso financeira e politicamente"

que usava um jatinho nas viagens a Brasília, em busca de verbas para construção do fórum da Justiça trabalhista naquele estado. Nicolau está sendo acusado de ter desviado verbas da obra, que já consumiu R\$ 230 milhões em sete anos e não foi concluída.

Respondendo a pergunta do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), Moro afirmou que Nicolau comentou, em algumas ocasiões, sobre o jatinho que iria levá-lo a Brasília. Em outras, recusava a passagem paga pelo tribunal, por já ter um avião à disposição. O ex-presidente, ainda juiz em atividade no TRT, disse sempre ter acreditado que os jatinhos eram colocados à disposição de Nicolau pelo governo federal.

O relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), indagou a Moro por que ele indicou Nicolau para presidir a comissão da construção do novo fórum. O juiz afirmou que não somente os juizes do tribunal, mas também os advogados e integrantes do Ministério Público afirmavam que

que, no Brasil, nem tribunais respeitam a lei, já que dar nome de pessoas vivas a logradouros públicos é proibido.

O presidente da CPI, Ramez Tebet (PMDB-MS), confessou-se perplexo diante da afirmação de Moro de que o TRT-SP não tinha estrutura nem mesmo para fazer o edital de licitação da obra, quanto mais proceder à sua execução – nos quadros do tribunal, não havia sequer um engenheiro. Como o contrato não contemplava a aferição do que fora executado, Moro abriu outra concorrência para contratar um profissional da engenharia, ganha por Antonio Carlos Gama e Silva.

Moro – que compareceu à reunião da CPI acompanhado por seus dois filhos advogados, José e Luiz Carlos, que o assessoraram durante o depoimento – afirmou que Nicolau se projetava socialmente como "um homem poderoso financeira e politicamente". O depoente disse que quando conheceu Nicolau este já morava na mansão que ocupa no Morumbi e já possuía uma coleção de carros.

Moro nega versão do seu antecessor

O ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo José Victório Moro negou que a comissão de construção, comandada por seu antecessor, Nicolau dos Santos Neto, tivesse inteiro domínio sobre a obra das juntas de conciliação e julgamento na capital do estado. Moro disse que ordenava os pagamentos apenas mediante a aferição do engenheiro contratado. Segundo ele, a missão de Nicolau na comissão de construção era política, ou seja: conseguir dinheiro junto ao governo federal para o término do novo fórum.

Moro afirmou que, durante sua gestão – entre setembro de 1992 e setembro de 1994 –, foi executada apenas a fundação da obra. Enumerou duas coisas que o tranquilizaram a respeito da construção: a fundação estava sendo feita por um renomado engenheiro de São Paulo e o consórcio derrotado na licitação não apresentou recurso perante o plenário do tribunal, já que teria direito de fazê-lo após

ver sua queixa rejeitada pela comissão de licitação.

O juiz negou que todos os magistrados do TRT-SP fossem consultados para respaldar as decisões tomadas por Nicolau, conforme este dissera à CPI. Também informou que, durante o período que esteve na presidência do tribunal, não teve conhecimento dos resultados da inspeção realizada por técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) em 1993, cujo resultado somente foi informado pelo TCU em 1996.

O vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), perguntou a Moro se, caso ele conhecesse naquela época os fatos já apurados pela comissão, nomearia novamente Nicolau presidente da comissão de construção. O juiz recusou-se a responder à pergunta, afirmando que não condena ninguém sem um prévio exame minucioso das provas.

– Ganho para julgar, mas de graça não julgo ninguém – brincou.

Juiz confirma que assinou quatro aditivos para tentar concluir a obra

Em depoimento na CPI do Judiciário, o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo Délvio Buffulin disse que tem sido injustamente acusado de ter participado do desvio de verbas públicas durante o processo de construção da sede do fórum das juntas de conciliação e julgamento. Ele alegou que a obra foi contratada antes de sua gestão, no período em que exercia a presidência do tribunal o juiz Nicolau dos Santos Neto, que já depôs na comissão.

– Fui condenado pelos meios de comunicação e injustamente acusado de ter enriquecido de forma ilícita, mas não tenho conta no exterior e moro numa casa de classe média. Encontrei o contrato da obra já em fase adiantada, mesmo estando o cronograma físico da construção em atraso. Minha gestão foi marcada pelo equilíbrio e boa gestão da coisa pública – afirmou Buffulin.

Ele disse que foi compelido a firmar três aditivos ao contrato inicial da obra, por esta estar atrasada, baseado em avaliações técnicas do engenheiro responsável, Antonio Carlos da Gama e Silva, contratado pelo juiz Nicolau Neto. Ele deta-

lhou os termos aditivos, explicando que foram feitos com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e definir datas para o término da obra.

Em abril de 1998, acrescentou, a empresa Incal, responsável pela construção, apresentou o quarto termo aditivo ao contrato. O juiz disse aos senadores que, baseado em avaliações técnicas e em uma consulta feita ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinou, no dia 17 de junho de 1998, o quarto termo aditivo de repactuação com a Incal, que proporcionou um desembolso de R\$ 34,8 milhões. Nele, ficou estabelecido o dia 4 de abril de 99 para o término da obra.



Délvio Buffulin se diz vítima do "sensacionalismo" dos meios de comunicação

O ex-presidente do TRT ressaltou que tanto o TCU quanto o TST aconselharam a repactuação do contrato para que a obra fosse concluída.

– Não poderia deixar de assinar o novo termo aditivo de repactuação. E fico indignado pela maneira sensacionalista com que a imprensa vem tratando minha participação nesse episódio – afirmou.

O juiz disse que nada tinha a esconder e abriu mão de seu sigilo bancário, fiscal e telefônico, reafirmando que estava sendo vítima de "torpes acusações".

Senadores criticam atos de Buffulin

O relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), questionou a assinatura de um quarto termo aditivo ao contrato para a construção do fórum trabalhista de São Paulo, com desembolso de R\$ 34,8 milhões dos cofres públicos, num momento em que o Ministério Público já havia aberto inquérito para apurar irregularidades na obra. Paulo Souto disse que a obra já estava "cheia de suspeições" e que teria sido "mais prudente" o TRT de São Paulo ter tomado precauções.

Em resposta ao senador, o ex-presidente do TRT de São Paulo Délvio Buffulin disse que assinou o aditivo baseado em informações técnicas do engenheiro responsável pela obra, Antonio Carlos da Gama e Silva, e também porque as liberações de recursos do tribunal para a Incal, empresa que construía o prédio, estavam atrasadas.

O presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), observou que os R\$ 34,8 milhões desembolsados para a Incal, na assinatura desse contrato, foram além dos recursos orçamentários destinados ao TRT. Esses recursos eram da ordem de R\$ 22 milhões, e o Ministério Público decidiu vetar sua aplicação na construção do fórum trabalhista. Os senadores disseram estar surpresos com o fato de que, mesmo com esse veto, o juiz

tenha decidido assinar um compromisso e liberar quantia ainda maior para a obra.

Para Tebet, não havia atraso no cronograma financeiro da obra, pois a Incal recebeu dinheiro adiantado, quando nem mesmo o terreno em que seria construído o prédio havia sido adquirido pelo tribunal em escritura. "Isso é uma prova de que o dinheiro público foi mal usado", concluiu.

Os recursos para a obra, segundo Paulo Souto, foram alvo de várias justificativas. A primeira é que seriam destinados, em parte, para a Incal (R\$ 13 milhões) e para a aquisição de aparelhos eletroeletrônicos para o prédio (R\$ 9 milhões), o que totalizava os R\$ 22 milhões previstos no orçamento do tribunal. Depois, quando foram liberados os R\$ 34,8 milhões, acrescentou, desapareceram os chamados serviços adicionais, surgindo a versão da necessidade de "equilíbrio econômico-financeiro" para o contrato da obra.

Segundo o juiz, houve necessidade de recursos para implantação de um serviço de informática no prédio, mas que esse contrato foi suspenso e a prioridade no novo termo contratual foi destinar recursos para que a obra fosse concluída. Buffulin disse também, em resposta a Souto, que suas relações com o juiz Nicolau dos Santos Neto eram apenas de

Comissão ouve repórter que denunciou venda de sentenças

A CPI do Judiciário reúne-se na segunda-feira, às 17h, para ouvir o relato do jornalista Amaury Ribeiro Júnior, que publicou no jornal *O Globo* uma série de matérias sobre a venda de sentenças judiciais por juizes do Amazonas.

Na terça-feira, às 10h, a CPI ouvirá o advogado Marco Colagrossi, que denunciou o excesso de entrega de crianças para adoção por casais estrangeiros, na cidade de Jundiá (SP). Junto com o advogado, deporão Maria Aparecida Salles e Cristiane Lopes. No mesmo dia será ouvido Rubens Tavares Aidar, ex-presidente do TRT de São Paulo.

Quarta-feira, a CPI toma o depoimento de Antonio Flávio Toscano Moura, superintendente da Polícia Federal na Paraíba, sobre denúncias de corrupção que envolvem o Judiciário naquele estado. Na quinta, ouvirão Nivaldo Farias, delegado da Polícia Federal do Amazonas, também sobre a venda de sentenças judiciais em Manaus.

Marina: desemprego é o maior desde 83

Além de um salário mínimo irrisório, o Brasil tem hoje o índice de desemprego mais alto dos últimos 16 anos, denunciou ontem a senadora Marina Silva (PT-AC). Ela informou que mais de 6,5 milhões de brasileiros estão sem emprego e que, só nos primeiros quatro anos do governo de Fernando Henrique, o desemprego cresceu 40%, atingindo 9% da população economicamente ativa. Para a senadora, isso significa que, nos últimos quatro anos, mais de 2 milhões de brasileiros perderam seus empregos. Ela também observou que, se o PIB cair 1,8%, como está previsto pelo governo, o número de desempregados no Brasil pode chegar a mais de 8 milhões de pessoas.

Maldaner quer nova composição do CMN

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) anunciou que irá reapresentar uma proposta, que tramitou na legislatura anterior, para que o Conselho Monetário Nacional (CMN) tenha sua composição ampliada. Atualmente, o CMN é integrado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e pelo presidente do Banco Central. A intenção de Maldaner é que, além destes, também participem do conselho os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e da Agricultura, integrantes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Comissão de Valores Mobiliários e o presidente do BNDES. A proposta também inclui dois representantes dos trabalhadores e seis pessoas indicadas pelo presidente da República.

Depoimento de Mercadante recebe elogios e críticas

O depoimento prestado quarta-feira pelo deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) à CPI que investiga irregularidades no sistema financeiro provocou várias manifestações ontem no plenário do Senado. Para o senador Romero Jucá, o deputado "colocou meia verdade". O senador Geraldo Melo aponta equívocos, mas acredita que o deputado teve o mérito de tirar "a máscara de ganhos legais, mas imorais". As senadoras

Heloísa Helena e Marina Silva elogiaram o depoimento. Para Heloísa, Mercadante prestou um serviço ao país; para Marina, "parecem exigir dele o ônus da prova daquilo que é uma obviedade".

O senador Ademir Andrade expressou sua preocupação com "pressões de diferentes setores, dentro e fora do governo", para que a CPI se encerre sem prorrogação e não aprofunde as investigações.

ROMERO JUCÁ



"A verdade dos números é outra"

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou ontem estar decepcionado com o "discurso" feito quarta-feira na CPI dos Bancos pelo deputado Aloizio Mercadante. "A verdade dos números não é a colocada pelo deputado. Ele colocou uma meia verdade, refutada por mim na discussão técnica naquele plenário", disse o senador ao apresentar uma tabela com os valores referentes a lucros obtidos pelos bancos na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) em operações de compra e venda de dólares.

De acordo com essa tabela, a BM&F apresentou em janeiro lucro de R\$ 10 bilhões, mas não apenas com operações de dólares no mercado futuro. Jucá explicou que metade do lucro é referente às operações com dólar e a outra metade foi obtida com operações no mercado de juros. Os lucros provenientes de juros, de acordo com o senador, totalizaram R\$ 4,9 bilhões, e os lucros obtidos com dólar, R\$ 5,2 bilhões.

– Isso demonstra que a nível macro não houve vazamento de informações. Na verdade, o mercado operou meio a meio. Se houvesse algum tipo de *inside information* massificada, o mercado seria fatalmente tendenciado e o lucro em dólar seria 90% ou 95% – acredita Jucá.

HELOÍSA HELENA



"Deputado prestou serviço ao país"

Ao se referir ao depoimento do deputado Aloizio Mercadante na CPI dos Bancos, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou ontem congratulações ao parlamentar "pelos serviços prestados ao país" e discordou das afirmações de que suas declarações não acrescentaram muito. Ela disse que o deputado não criou expectativas de que haveria "um depoimento bomba" e sim de que traria dados e apresentaria gráficos que não eram do conhecimento dos senadores.

– Quando vejo sinais claros de peculato, prevaricação, tráfico de influência, para mim esses acontecimentos são sempre bomba. Cada vez que vejo os lucros gigantescos que foram obtidos, absolutamente inexplicáveis, e o quanto custou aos cofres públicos essa suposta intuição dos bancos privados, isso cai nas nossas consciências de cidadãos como uma grande bomba – afirmou.

A senadora disse que acredita em intuição, "mas não existe percepção que explique os ganhos grandiosos em tempo recorde". Segundo ela, se houve "um burburinho de que a saída de Gustavo Franco significaria a valorização do dólar, o governo federal tinha a obrigação de estabelecer mecanismos para impedir esse verdadeiro rombo ao país".

ADEMIR ANDRADE



"Responsáveis não podem ficar impunes"

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) denunciou ontem "pressões de diferentes setores, dentro e fora do governo", para que a CPI que investiga denúncias de irregularidades no sistema financeiro conclua seus trabalhos no tempo previsto, sem possibilidade de prorrogação. "São os mesmos setores que estão tentando impedir que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deponha na comissão", apontou.

Segundo Ademir, setores do PMDB estão trabalhando para que a CPI não aprofunde suas investigações.

"Eu faço um apelo aos senadores do partido para que não deixem isso acontecer. São fábulas de dinheiro do Tesouro e os responsáveis pelo desvio não podem ficar impunes. O PMDB não pode trabalhar para que a CPI termine em pizza, simplesmente para receber do governo federal os cargos que reivindica", concluiu.

GERALDO MELO



"Há negócios legais, mas não éticos"

A propósito do depoimento do deputado Aloizio Mercadante, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou que seu grande mérito foi arrancar a "máscara" de ganhos legais, mas imorais. "Existem negócios entre fundos e bancos que são legais, mas não são éticos", enfatizou.

Segundo Melo, o BC não dispõe de instrumentos legais para coibir essa "mistura" de interesses. "É como se a mão direita fizesse negócios com a esquerda alegando prejuízos inexistentes. O BC precisa fechar essas brechas e o Senado pode prestar grande colaboração", afirmou.

Em relação às denúncias sobre "posições vendidas" (apostando no real) e "compradas" (apostando no dólar), na Bolsa de Mercadorias & Futuros, que resultaram em grandes ganhos para alguns bancos, Melo afirmou que Mercadante está equivocado. Explicou que "um gráfico sobre essas posições deixa claro que em janeiro de 99 a aposta na desvalorização do real sequer chegou à metade do que aconteceu em meados de setembro de 98, quando a ameaça de crise na Rússia e a proximidade das eleições levaram o mercado a ter 340 mil contratos de *hedge* (proteção contra a desvalorização do real). Como ela não ocorreu, o mercado acabou absorvendo lucros e perdas".

MARINA SILVA



"Querem a prova do que é uma obviedade"

Sustentando que foi o deputado Aloizio Mercadante quem primeiro suspeitou do vazamento de informações quando da desvalorização cambial, a senadora Marina Silva (PT-AC) considerou ontem valiosa sua contribuição à CPI que investiga o sistema financeiro.

– Achei mesmo que alguns colegas foram um pouco deselegantes com o deputado Mercadante, porque foi ele quem lutou pela constituição da CPI no âmbito da Câmara dos Deputados. Infelizmente, por pressão, alguns deputados retiraram suas assinaturas – disse ela.

Marina explicou que da fundamentação realizada pelo deputado surgiu o processo que deu origem à CPI no Senado. Ela estranhou que alguns senadores cobrassem de Mercadante comprovação das informações oferecidas, dizendo que pareciam exigir dele "o ônus da prova daquilo que é uma obviedade".

Conforme a senadora, Mercadante trouxe o equivalente a um mapa para as investigações, um cruzamento sobre quem ganhou e quem perdeu no mercado financeiro e sobre quem era comprador e passou a ser vendedor, com a desvalorização do real. "O deputado realmente fez uma excelente exposição, com dados técnicos", avaliou ela.

Senado aprovou emenda constitucional nesta semana

A proposta de emenda constitucional extinguindo a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho, aprovada em primeiro turno, foi uma das três matérias apreciadas pelo plenário do Senado durante esta semana, que registrou também intensa atividade das comissões técnicas e das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro.

O segundo turno de discussão da emenda já está marcado para o dia 13. Outra decisão importante do plenário foi aprovar requerimento de urgência para votar projeto de lei complementar modificando a Lei Camata, que fixa limites para as despesas com pessoal

da União, estados e municípios.

O Senado também autorizou o município de Montes Claros (MG) a contratar empréstimo no valor de R\$ 6,6 milhões, para investimentos em infra-estrutura.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, em caráter terminativo, projeto permitindo a dedução dos gastos com empregados domésticos na declaração de Imposto de Renda. Se não acontecer manifestação expressa em contrário de senador, no prazo de cinco sessões, a matéria será dada como aprovada pelo Senado e remetida à Câmara.

Ainda na CAE, receberam pareceres favoráveis a contratação de crédito exter-

no para o Programa Global de Apoio Creditício às Pequenas e Médias Empresas e o requerimento solicitando esclarecimentos ao BNDES sobre operação de ajuda a grandes empresas endividadas em moeda estrangeira.

Outra matéria aprovada em caráter terminativo foi o projeto reduzindo os valores das taxas cobradas das emissoras educativas de rádio e televisão, que teve parecer favorável da Comissão de Infra-Estrutura (CI) nesta semana, depois de já ter passado na CAE e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A CI também decidiu convocar técnicos para esclarecer melhor

o blecaute de 11 de março.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ouviu, em audiência pública, o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto.

A CCJ deu parecer favorável a projeto do Executivo disciplinando as ações de inconstitucionalidade, e a outro, da Câmara, estabelecendo que a apreciação das contas do governo pelo Tribunal de Contas da União (TCU) deverá ocorrer durante o exercício do mandato do presidente da República que as enviou.

A CPI do Judiciário ouviu nesta semana os depoimentos do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São

Paulo Nicolau dos Santos Neto, do atual presidente do TRT-SP, Floriano Correia Vaz da Silva, do procurador-regional da República Osório Barbosa Sobrinho e do advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior.

Na CPI do Sistema Financeiro aconteceram os depoimentos de três funcionários do Banco Central (BC) – a ex-chefe do Departamento de Operações de Câmbio Maria do Socorro Costa de Carvalho, a chefe do Departamento de Fiscalização, Tereza Cristina Grossi, e o subprocurador-geral, Francisco José de Siqueira – e também do deputado Aloizio Mercadante (PT-SP).

BM&F garante que não pediu ajuda para bancos

Dirigentes da bolsa dizem à CPI que o socorro ao Marka e ao FonteCindam foi de responsabilidade exclusiva do Banco Central

Os dirigentes da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) asseguraram ontem em depoimento à CPI do Sistema Financeiro que a operação de ajuda do Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam não foi solicitada pela entidade. O presidente da bolsa, Manoel Félix, voltou a afirmar que a BM&F tinha condições de arcar com os prejuízos do Marka decorrentes da variação cambial, e acrescentou que a operação foi de responsabilidade exclusiva do Banco Central

– A BM&F nunca pediu ajuda para os bancos Marka e FonteCindam – garantiu.

O superintendente-geral da bolsa, Edemir Pinto, disse que o assunto foi tratado com a chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Tereza Grossi, no dia 13 de janeiro. Na ocasião, o BC teria sido informado que a BM&F tinha mecanismos próprios para suportar as perdas do Marka. O executivo admitiu, no entanto, que redigiu a carta destinada ao



Dirigentes prestaram depoimento à CPI afirmando que a BM&F tinha condições de arcar com os prejuízos do Marka diante da mudança cambial

Banco Central avisando sobre o risco de crise, e que ela foi enviada ao BC no dia 15 de janeiro, quando as operações de socorro aos bancos já haviam sido decididas.

O senador Blairo Maggi (MT) suspeita que a carta tenha sido utilizada “como álibi” para a operação. Já o presidente em exercício da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que o relatório final da comissão deverá apontar todos os responsáveis.

Ao final da reunião, Arruda e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) travaram um debate sobre o encaminhamento da CPI.

Suplicy disse que o presidente Fernando Henrique e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, poderiam ter sido informados da operação de ajuda aos bancos durante almoço com o ex-presidente do BC, Francisco Lopes, ocorrido em 14 de janeiro, no Palácio da Alvorada. Arruda considerou os comentários “ilações de conteúdo político”.

Bolsa tinha como enfrentar prejuízos

A Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) tinha mecanismos e garantias para liquidar as posições dos bancos Marka e FonteCindam, informou ontem seu superintendente-geral, Edemir Pinto, em depoimento à CPI do Sistema Financeiro. Para tanto, a BM&F declararia a inadimplência dos bancos e executaria suas garantias; mas, na sua opinião, “qualquer inadimplência, naquele momento”, poderia funcionar como “uma espoleta com efeito dominó”, expressão usada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) e confirmada por ele.

O Marka tinha 95% de suas garantias em títulos públicos federais e 5% em quatro cartas de fiança bancária. O FonteCindam, por sua vez, contava com 90% de suas garantias em títulos e 10% em uma carta de fiança do Banco Crefisul.

Como as garantias não foram executadas e o risco de efeito dominó teria sido

afastado, Jucá quis saber se a operação poderia ser revertida, desobrigando o poder público de arcar com os prejuízos dela decorrentes. “Só se tivesse ocorrido inadimplência”, garantiu Edemir Pinto. A solução que acabou vingando foi determinada pelo Banco Central e a liquidação das posições do Banco Marka foi efetivada no dia 15, pela primeira e única vez na história da instituição, em cima dos mapas de fechamento do pregão do dia 14 e não pelos sistemas normais de liquidação de contratos, explicou.

Para o presidente da BM&F Manoel Félix Cintra Neto, existia “a possibilidade de insolvência de participantes do mercado como um todo” e a BM&F teria cumprido seu papel ao informar o BC. Ele disse, porém, que só conheceu o teor da carta na tarde de 15 de janeiro, e acrescentou: “Não demos muita importância a ela – foi algo solicitado e enviado”.

Manoel Félix assegurou ainda que, entre os dias 11 e 15 de janeiro, os contratos do Marka e do FonteCindam “estavam absolutamente dentro dos limites da bolsa”. Reafirmou que, “na BM&F, o Marka e o FonteCindam não estiveram inadimplentes em nenhum momento”. No dia 13, informou Edemir Pinto ao senador Jader Barbalho (PMDB-PA), ele recebeu telefonema da ex-diretora do Departamento de Fiscalização do BC, Tereza Grossi, solicitando a posição do Marka. Salvatore Cacciola, dono do Marka, encontrava-se então no BC, “mas nesse dia a BM&F não tinha nenhum problema a relatar”.

Manoel Félix e Edemir Pinto estiveram acompanhados pelo vice-presidente da BM&F, Nei Castro Alves, e pelos superintendentes Antônio Carlos Mendes Barbosa, Marco Aurélio Teixeira e Paulo Roberto Garbato. Todos assinaram o termo de compromisso como testemunhas da CPI.

Todos têm que responder por seus atos, diz Arruda

O senador José Roberto Arruda, presidente interino da CPI do Sistema Financeiro, afirmou ontem, após os depoimentos dos dirigentes da BM&F que existem indícios de que a carta enviada pela bolsa ao Banco Central foi feita para produzir uma justificativa para a decisão de vender dólares mais baratos ao Marka.

– Não podemos achar que o BC fez tudo sozinho, que se deve crucificar Francisco Lopes e acabou. Todos que tiveram participação, inclusive a BM&F têm que responder por seus atos – acrescentou.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou opinião de que “houve con-

vência entre o Banco Central e a BM&F para violar as regras do sistema” de funcionamento do mercado futuro.

Simon acredita que os depoimentos dos últimos dias “mostraram que Francisco Lopes mentiu duas vezes”. Primeiro, ao dizer à Polícia Federal e à comissão de sindicância do BC que pediu previamente parecer da Consultoria Jurídica sobre a operação do Marka, o que foi desmentido pelo subprocurador-geral do Banco Central. Segundo, por ter afirmado, na reunião da diretoria na manhã do dia 14 de janeiro, existir uma carta da BM&F falando de “risco sistêmico”, an-

tes mesmo da decisão sobre a venda de dólares ao Marka – um dos fatos sob investigação da CPI.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) frisou que o Banco Central “forçou a BM&F a rasgar seu próprio regulamento”, referindo-se à exigência da bolsa de que a compra e venda de moedas no mercado futuro deve ser pública.

A CPI decidiu que na próxima semana tomará depoimentos apenas por dois dias, “para que os senadores tenham tempo de analisar a documentação já recebida”, informou o senador José Roberto Arruda.

Para Freire, carta indica falsidade ideológica

A carta enviada pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) ao Banco Central sugerindo que socorresse os bancos Marka e FonteCindam é motivo suficiente para abertura de processo por falsidade ideológica contra os dirigentes da BM&F. A opinião foi dada pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), durante a reunião de ontem da CPI do Sistema Financeiro.

– A BM&F enviou para o Banco Central uma carta em 15 de janeiro, com



Freire acredita que BM&F tenha sido pressionada

data do dia anterior. Isso já indica o crime de falsidade ideológica. É uma carta que envolve uma empresa que deve ter compromisso com a credibilidade. E o que é pior: faz referência à operação de uma instituição como o Banco Central – afirmou.

Freire acredita que a BM&F tenha sido pressionada pelo Banco Central.

“A data da carta é uma armação para justificar uma negociação que já havia sido feita”, ressaltou.

Senadores assistem à abertura de envelopes

O relator da CPI dos Bancos, senador João Alberto (PMDB-MA), e o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) estarão hoje no Rio de Janeiro, na 6ª Vara da Justiça Federal, para a abertura de quatro envelopes lacrados apreendidos na casa do ex-dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola. Os envelopes ainda não foram abertos por causa do sigilo postal, cuja quebra foi solicitada pelo Ministério Público.

A abertura dos envelopes será feita na presença de representantes do Ministério Público Federal, de advogados de Cacciola e dos representantes da CPI. Os dois senadores ficaram incumbidos de verificar o conteúdo dos documentos e trazer para a CPI cópias autenticadas das questões consideradas importantes nas investigações da comissão.

Ontem, após os depoimentos de dirigentes da BM&F, João Alberto disse não

ter intenção de fazer um relatório preliminar para a CPI, tratando especificamente do caso Marka-FonteCindam.

Afirmou ainda, após os depoimentos dos dirigentes da BM&F, que “houve muita contradição” com depoimentos anteriores “e até mesmo entre eles”. “Houve momentos em que uns reclamaram dos outros por causa de afirmações feitas durante os depoimentos. O senador José Roberto Arruda chegou ao ponto de pedir à taquigrafia o registro de que todos eles estavam afirmando que a carta só foi pedida pelo Banco Central no dia 15 de janeiro.”

Na terça-feira, a CPI ouvirá o depoimento de Demóstenes Madureira de Pinho, ex-diretor da área externa do Banco Central. Na quinta, será ouvido pela manhã o ex-dono do Marka, Salvatore Cacciola, e, à tarde, o controlador do FonteCindam, Luís Antônio Gonçalves.



Antonio Carlos recebe presidente da Venezuela

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o presidente da República da Venezuela, Hugo Chávez Frías, que está em visita oficial ao Brasil com sua comitiva.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) participou do encontro, realizado no Salão Nobre do Senado Federal, e no qual houve troca de informações sobre a situação dos dois países e a evolução das relações bilaterais.

O presidente Chávez estava acompanhado pelo chanceler José Vicente Rangel, o chefe da Casa Militar, Raul Salazar, e o embaixador da Venezuela em Brasília, Milos Alcalay.

Fogaça destaca acerto de contas do INSS entre a União e os estados

Extinção do Fundo de Estabilização Fiscal e antecipação de recursos da privatização são medidas que, segundo o senador, contribuirão para a melhoria das economias estaduais

Ao registrar as recentes medidas anunciadas pelo governo federal atendendo às reivindicações dos estados, o senador José Fogaça (PMDB-RS) destacou a importância de decisões como o acerto das contas do INSS entre União e governos estaduais, a extinção do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e a antecipação de recursos, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da privatização de empresas.

Fogaça recordou que, no início do ano, os novos governadores empossados, sobretudo os que integram partidos que fazem oposição ao governo federal, se pronunciaram através da imprensa afirmando que os estados ficariam sufocados se tivessem que honrar integralmente suas



Fogaça destaca "atitude de grandeza" da União em relação aos governadores

dividas com a União.

— Este conjunto de medidas é uma resposta altamente significativa, uma

atitude de grandeza política da União em relação aos governadores de oposição, que tanto criticaram e atacaram o governo federal — analisou José Fogaça, completando que essa opinião também é compartilhada por vários deputados federais integrantes do PMDB.

O senador pelo Rio Grande do Sul falou de cada uma das medidas anunciadas pelo governo. A primeira, já sancionada, permite que a União devolva aos governos estaduais as contribuições do INSS feitas por trabalhadores da iniciativa privada que depois se tornaram funcionários públicos estaduais e se aposentaram em regime previdenciário mantido pelo estado.

Outra medida comentada por José Fo-

gaça foi o anúncio do fim do FEF, previsto para dezembro deste ano. O senador acrescentou que, além de acabar com este fundo de estabilização, atendendo a reivindicação dos governadores, a União também ressarcirá os estados dos valores cobrados nos meses de outubro, novembro e dezembro.

Segundo Fogaça, os estados que se dispuserem a realizar privatizações também serão beneficiados, com a antecipação dos recursos correspondentes à venda das empresas. Outra modificação, que de acordo com o senador ainda não foi implantada do ponto de vista legal, será a autorização para que os estados possam incorporar ao tesouro os recursos alocados a título de depósitos judiciais.



Valadares garante que "sertanejo não precisa de esmola, como se fosse um preguiçoso"

Valadares critica política de FHC para a seca

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) protestou ontem contra a política do governo Fernando Henrique Cardoso para a seca no Nordeste. "É humilhante que se esteja planejando diminuir a remuneração das frentes de trabalho de R\$ 60 para R\$ 45, com o agravante de não se exigir trabalho dessas pessoas. Vão receber para ficar em casa. O sertanejo não precisa de esmola, como se fosse um preguiçoso ou um pária", indignou-se.

Segundo Valadares, é lamentável que o governo não tenha projetos para a região, sequer planos para construir qualquer coisa que precise de mão-de-obra. "FHC está confessando que o nordestino não tem qualquer serventia, servindo apenas para receber esmolas", disse.

Para o senador, a atitude preconceituosa de FHC já havia sido demonstrada, no início da semana, quando decidiu não receber uma comissão de prefeitos e lideranças regionais de Alagoas e Sergipe, que vieram a Brasília para expor as dificuldades da população.

Lauro denuncia privatização da Petrobras "pelas bordas"

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou ontem que o governo está privatizando a Petrobras "pelas bordas", para não provocar a indignação da opinião pública. Trata-se, segundo ele, de uma estratégia através da qual o Brasil se submete ao receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Lauro observou que, em troca do apoio financeiro daquela instituição e da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o país se comprometeu a ampliar o programa de privatização, "especialmente nos setores energético e financeiro".

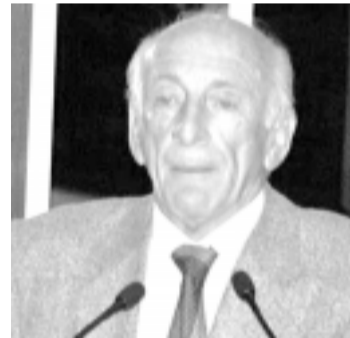
— Embora não colocado de forma direta, fica claro que o acordo está se referindo à privatização da Petrobras (setor energético) e do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (setor financeiro) — assegurou Lauro Campos.

O passo inicial, lembrou o senador, foi determinar o fim do monopólio estatal na exploração do petróleo e do gás natural. "Em seguida, o governo FHC vem transferindo para as grandes corporações petroleiras internacionais imensos campos petrolíferos descobertos pela Petrobras", protestou.

Lauro argumentou que dos pontos

de vista econômico e do desenvolvimento tecnológico não há nada que justifique a privatização da maior empresa brasileira e 15ª no ranking das 100 maiores companhias petrolíferas do mundo.

Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) questionou as qualidades da Petrobras. "Qual a vantagem dessa empresa continuar nas mãos do Estado, se ela produz petróleo a um dos preços mais baixos do mundo, conforme citou Vossa Excelência, e vende gasolina a um dos preços mais altos do mundo?", perguntou.



Lauro acusa governo de transferir para empresas campos petrolíferos da Petrobras

TIÃO VIANA

Ministério Público acaba com impunidade

O senador Tião Viana (PT-AC) aplaudiu, ontem, a ação do Ministério Público no Acre. "Esses jovens procuradores que ainda acreditam no estado de direito — sem arbítrio mas sem privilégios — estão fazendo brotar a esperança no Estado, acabando com uma situação de seringueiros assassinados e líderes poderosos desviando dinheiro e mantendo contas-fantasma", disse.



Tião Viana

Tião Viana estranhou declarações do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), publicadas no *Jornal do Senado* de ontem, em que alerta para "excessos praticados por membros do Ministério Público que chegaram a invadir a Câmara Municipal de Rio Branco". Para Viana, o Acre tinha o "odor fétido da corrupção" que o governo e a Justiça estaduais estão tentando expor e combater.

Segundo Tião Viana, o que o MP está fazendo é desmascarar bandidos e acabar com o tráfico de influência e a impunidade. "Até hoje os co-autores do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes estão impunes. Toda a população anseia por uma 'operação mãos-limpas' no estado", garantiu.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) concordou com Tião Viana. "O que está acontecendo no Acre é novo e o novo assusta muita gente", observou.

NABOR JÚNIOR

O que houve foi invasão do Legislativo municipal

Em resposta ao pronunciamento do senador Tião Viana (PT-AC) sobre as ações empreendidas pelo Ministério Público do Acre, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) explicou ontem que, em seu discurso de quarta-feira, não questionou se estava ocorrendo ou não irregularidades na Câmara Municipal de Rio Branco. Segundo o senador, o ponto central de seu pronunciamento questionava a legalidade da ida dos promotores à Câmara, acompanhados pelas polícias civil e militar, para se apoderarem de mais de 80 processos.

Nabor explicou que houve uma denúncia de um vereador da bancada do PT sobre possíveis irregularidades que estariam sendo praticadas pela direção da Câmara. O Ministério Público instaurou inquérito e solicitou à Câmara os documentos necessários. De acordo com seu relato, o presidente da Câmara teve dificuldades em cumprir o prazo estipulado, de 15 dias, e pediu sua dilatação, mas o promotor encarregado do caso não permitiu e comunicou por escrito que iria pegar os documentos.

O senador disse que a comissão de promotores não tinha mandato judicial para entrar nas dependências da Câmara, e manifestou a sua estranheza com o procedimento dos membros do Ministério Público estadual que "praticamente invadiram o Legislativo".



Nabor Júnior

MARINA SILVA

Nova fase não permite cobertura para delitos

Em resposta ao senador Nabor Júnior (PMDB-AC), a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que estranhava "a relação atípica da Justiça do Acre com o vereador Alex", manifestando a sua surpresa com o "empenho" das autoridades em impedir a prisão do vereador.

— O presidente do Tribunal de Justiça telefonou avisando à polícia para não prendê-lo, porque, se isso acontecesse, ele próprio iria soltá-lo. No caminho para a delegacia, o advogado do vereador tentou parar o carro da Justiça para tirar o preso, alegando que já tinha o *habeas corpus*. Nunca vi tanto empenho da Justiça para soltar alguém! — comentou a senadora.

Marina Silva esclareceu que fazer justiça não é vingança. Ela admitiu que não deixava de se sentir constrangida em pensar na família do vereador. "Mas estamos iniciando uma nova fase no Acre, e as autoridades não podem continuar dando cobertura àqueles que cometem delitos", afirmou a senadora.

Ela lamentou que a tradição em seu estado seja a de "prender os ladrões de galinha, enquanto os que roubam milhões, os que são criminosos de colarinho branco, são protegidos por um esquema".



Marina Silva

Estevão obtém ampliação do prazo para emendas à LDO

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano, informou que foi aprovado o adiamento do prazo para apresentação de emendas, sugerido por ele. O novo prazo é 12 de maio.

Luiz Estevão fez uma análise da proposta orçamentária encaminhada pelo governo à Comissão Mista de Orçamento, dizendo que vários pontos devem merecer um estudo mais atento e uma reflexão mais demorada.

Com base em estudo realizado pelas consultorias de orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Estevão destacou alterações realizadas pelo governo em relação à proposta de 1999, como a possibilidade de se elaborar a LDO sem conhecer o Plano Plurianual de Metas (PPM), que tem prazo até 31 de agosto para ser apresentado ao Congresso. O senador solicitou ao ministro do Planejamento e Gestão, Pedro Parente, que antecipe o envio de pelo menos um esboço do PPM.

Estevão apontou, entre as mudanças introduzidas, a alteração da classificação de despesas; a distinção entre transferência e descentralização de recursos; a alteração das fontes e das



Segundo Luiz Estevão, vários pontos da proposta do governo merecem "estudo mais atento"

modalidades de aplicações da LDO; a limitação dos gastos de pessoal no Legislativo e no Judiciário; a permissão para que o governo execute a proposta orçamentária, caso o Congresso não a aprove dentro do prazo estabelecido; restos a pagar e convênios que tenham previsão orçamentária até 31 de janeiro do ano subsequente; e a obrigatoriedade do orçamento ser acompanhado de um relatório do Tribunal de Contas da União sobre obras inacabadas e em andamento.

Estado de saúde de Ronaldo Cunha Lima permanece estável

Na presidência da sessão de ontem, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) comunicou que o estado clínico do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), vítima de derrame cerebral, permanece estável, as funções vitais estão normais, e o senador vem respondendo positivamente ao tratamento fisioterápico a que está sendo submetido no Incor, em São Paulo. Por decisão da equipe médica, permanecerá na unidade coronariana por mais alguns dias, em tratamento semi-intensivo.



Ronaldo Cunha Lima recupera-se de derrame no Incor, em São Paulo

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 — *Especial Unip* — O Sono — 3ª parte
7h — *Saúde Todo Dia* — Tai chi-chuan
7h30 — *Especial Unip* — O Sono — 3ª parte
8h — *Saúde Todo Dia* — Unibiotica
8h30 — *Jornal do Senado*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Sessão Plenária (vivo). Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado em 04/05)
13h30 — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado em 04/05)
16h — Comissão Assuntos Sociais (gravado em 05/05)
18h — Comissão de Constituição e Justiça (gravado em 05/05)
19h — Comissão de Infra-Estrutura (gravado em 06/05)
20h30 — *Entrevista* — Senador Lúcio Alacântara fala sobre o tempo de permanência dos presidentes do BC
21h — *Consulta Marcada* — O oftalmologista Francisco Eduardo Lima fala sobre novas técnicas para o tratamento da Catarata e do Glaucoma
21h55 — *Senado em Pauta*

22h — *Cores do Brasil* — 50 anos do Trio Elétrico
23h — *Entrevista Especial* — Fernando Cesar Mesquita entrevista os médicos Eduardo Gomes e Aroldo Veloso sobre a medicina ortomolecular

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação

Ademir cobra verbas para Transamazônica e sem-terra

Senador protesta contra falta de condições de tráfego em rodovia e demora na realização de assentamentos, reivindicando ação do governo

Ao apontar as dificuldades por que passam os trabalhadores rurais do Pará e as precárias condições de tráfego da rodovia Transamazônica, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) cobrou do governo federal a liberação imediata de recursos para resolver os dois problemas.

— Estou mostrando duas situações graves. Em uma, populações inteiras estão imobilizadas, inúmeras cidades ficaram sem fornecimento de mercadorias e alimentos, num verdadeiro estado de caos, porque o governo diz não ter recursos para aplicar na Transamazônica. Do outro lado, trabalhadores rurais do Pará tiveram que sair dos seus assentamentos e acampar em condições absolutamente inóspitas para que o governo cumpra sua palavra — explicou.

Ademir explicou que no dia 29 de abril 10 mil trabalhadores rurais se reuniram no município de Marabá para cobrar o cumprimento de acordos negociados anteriormente com o Inbra e o Ministério da Agricultura. Ele acrescentou que os agricultores exigiram que o governo encaminhasse até o local uma comissão com poderes para analisar e negociar pontos incluídos na nova pauta de negociações tirada pelo movimento.

Segundo Ademir Andrade, apenas no dia 4 de maio o Inbra mandou sua equipe até o local, e mesmo assim os representantes encaminhados não tinham o po-



Para Ademir Andrade, governo é o responsável pelos dois "graves" problemas enfrentados pelo Pará

der de negociação exigido pelos trabalhadores rurais. O senador contou que, ao sentir-se pressionado, um dos negociadores do governo, Raimundo Lima, manteve contato telefônico com o Ministério da Agricultura, em Brasília, e disse ter sido capturado como refém do movimento dos trabalhadores.

Apresentando um documento assinado pela Contag, Fetagri e MST, o senador desmentiu essa versão. Mesmo assim, disse que encaminhou imediatamente cópia de toda a documentação que está em seu poder para o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, alertando que, em-

bora a situação em Marabá seja hoje de expectativa, os assentados previnem: se qualquer incidente vier a ocorrer, será por responsabilidade do Inbra.

TRANSAMAZÔNICA

O outro assunto levado à tribuna, a necessidade de recuperação da rodovia Transamazônica, segundo o próprio Ademir Andrade, está preocupando toda a bancada parlamentar do Pará, integrada por 17 deputados federais e três senadores. Ele informou que a estrada, que está completando 28 anos, possui 1.570 km de extensão no território paraense, com 20 municípios às suas margens.

Ademir disse que, no trecho entre Marabá e Itaituba, a rodovia está totalmente intransitável. Ele acrescentou que muitos municípios decretaram estado de calamidade pública porque a estrada impossibilita a chegada de alimentos e a saída dos itens produzidos nessas localidades. As empresas que fazem o transporte da população, completou, também paralisaram integralmente suas atividades.

— Enquanto a gente vê bilhões de reais escorrerem pelo ralo da corrupção, serem desviados para os bolsos dos privilegiados desse país e também para os chamados países desenvolvidos do primeiro mundo, através dessa política econômica de absoluta transferência de riqueza, vemos nosso povo passando as piores dificuldades — lamentou.

Bezerra destaca encontro para discutir Ferronorte

No próxima segunda-feira, será realizado em Rondonópolis, Mato Grosso, um encontro sobre a ferrovia Ferronorte, que contará com a presença dos ministros dos Transportes, Eliseu Padilha, do Desenvolvimento Regional, Ovídeo De Angelis, e de parlamentares de São Paulo, Goiás e Mato Grosso.

O anúncio foi feito ontem pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Para ele, a conclusão do trecho que liga o município de Taquari a Campo Grande trará grandes benefícios à região Centro Oeste.

— Nossa maior dificuldade é o transporte, é a distância. A utilização de ferrovia vai diminuir os custos de transporte da produção agrícola e a criação de um porto seco vai facilitar as exportações — explicou o senador.

Carlos Bezerra disse ainda que Rondonópolis abrigará o maior terminal da Ferronorte, que ainda deverá ligar Campo Grande a Cuiabá, Porto Velho e Santarém.



Carlos Bezerra: estrada de ferro "vai diminuir os custos de transporte da produção agrícola"

— Esse encontro é um evento histórico. O Brasil começa, finalmente a entrar na era do transporte intermodal — afirmou o senador pelo Mato Grosso, para quem "o Ministério dos Transportes se preocupa muito com as rodovias e se preocupa pouco com as hidrovias e ferrovias".

Senadores fazem caminhada em Mato Grosso do Sul

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse ontem em plenário, que apresentará relatório detalhando a caminhada de quatro dias pela rodovia Tanspantaneira, da qual ele e outros senadores tomarão parte, a partir de hoje, com vistas à futura instalação de um polo turístico na região de Bonito (MS).

Atendendo a convite do senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), o grupo sairá de Campo Grande, capital do estado, e deverá percorrer cerca de 150 quilômetros.

— Acredito que até o final do ano, os presidentes da República e da Embratur farão uma visita àquela região, que tem um imenso potencial para se tornar um centro turístico capaz de atrair turistas do Brasil e de outros países", disse Gilvam.



Gilvam: objetivo é mostrar vocação turística do estado

CI realizará audiência pública sobre Furnas

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura vai debater na quarta-feira o processo de cisão e privatização da estatal. Pela proposta do governo, empresa será dividida em três

A presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), marcou para a próxima quarta-feira, após a Ordem do Dia, audiência pública em que serão discutidas a cisão e a privatização da estatal Furnas Centrais Elétricas. Emilia se disse preocupada com o encaminhamento dado pelo Ministério de Minas e Energia à questão.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) pediu urgência na realização da reunião, já que a assembléia extraordinária de acionistas da estatal que decidirá sobre a cisão deve ser marcada para este mês. Pela proposta do governo, Furnas será dividida em uma empresa de transmissão e outras duas de geração, que devem ser vendidas entre setembro e outubro deste ano.

Por acreditar que o assunto precisa ser debatido em maior profundidade, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) defendeu a realização da audiência pública. Ele sugeriu que o secretário de Minas e Energia de Minas Gerais, Paulino Cícero, seja convidado a participar da reunião, tendo em vista que



Comissão presidida pela senadora Emilia Fernandes convidará autoridades do setor de energia elétrica para discutir o futuro de Furnas

há várias unidades e usinas de Furnas naquele estado. Arlindo Porto acredita que Cícero, que foi ministro do governo Itamar Franco, poderá contribuir com o debate.

Entre as questões a serem abordadas, Porto listou a necessidade de definição da utilização da água represada para, por exemplo, projetos de irrigação e piscicultura, e a participação dos municípios que têm suas terras inundadas por represas. "Isso ainda não está muito claro", observou o senador.

A lista das autoridades que participarão da audiência pública ainda não foi definida. Os secretários de Minas e Energia do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, estados que manifestaram preocupação em discutir o assunto, devem ser convidados, além do diretor de Furnas e autoridades do ministério.

A reunião deverá ser realizada em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Técnicos serão chamados para explicar blecaute

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem, por unanimidade, dois requerimentos de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) solicitando informações e convocando técnicos para falar sobre o blecaute que ocorreu no dia 11 de março.

Naquela noite, diversos estados, principalmente do Sul e do Sudeste, ficaram sem energia elétrica por cerca de uma hora, ocasionando prejuízos aos usuários. Foi o pior acidente desse tipo nos últimos 14 anos.



Requião quer ouvir técnicos e conferir registros do blecaute

Conforme os requerimentos, os centros de operações de sistema deverão remeter ao Senado as fitas contendo as gravações das conversas entre os operadores na hora da queda do fornecimento de energia, com as devidas transcrições.

O senador pelo Paraná também pediu a convocação dos operadores que estavam de serviço quando ocorreu o blecaute. Além disso, as operadoras devem enviar os arquivos de dados que registraram a ocorrência.

– Os dados são fundamentais e

se somarão às informações já prestadas em debate travado na comissão com o ministro de Minas e Energia e autoridades do setor com relação ao blecaute. Demonstrou-se, naquela oportunidade, uma fragilidade do ponto de vista operacional, principalmente quanto ao alerta e à prevenção do que ocorreu – avaliou a senadora Emilia Fernandes, presidente da CI.

Segundo Emilia, veiculou-se que a causa da queda de energia foi um raio, mas muitos senadores têm dificuldades de aceitar essa versão.

“Nós entendemos que os técnicos que tomaram as providências necessárias naquele momento devem vir aqui com a missão de dar uma contribuição valiosa para o esclarecimento dos senadores”, disse ela.

Comissão quer incluir estradas da região Norte na rede federal

O Plano Nacional de Viação deverá incluir em breve a ligação rodoviária de diversas localidades no norte dos estados do Pará e do Maranhão. Na reunião de ontem, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR) a projeto de lei da Câmara com esse objetivo. A matéria segue para apreciação do plenário.

Segundo o projeto, 11 trechos de estradas, num total de 644 quilôme-

tros, seriam incorporados à rede federal. A inclusão dessas rodovias na malha nacional reduziria em mais de 100 quilômetros a distância entre Belém e São Luís.

– Ao se incluírem os trechos no Plano Nacional de Viação, propicia-se maior densidade da malha viária, melhor acessibilidade para a população e, portanto, maior probabilidade de alcance dos benefícios de desenvolvimento para a região. É

fato notório que um dos maiores problemas que a região Norte enfrenta é seu isolamento em relação às demais regiões do país – argumenta Romero Jucá em seu parecer, lido pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Participaram da reunião os senadores Alberto Silva (PI), Gerson Camata (ES) e Gilvam Borges (AP), do PMDB; Geraldo Cândido (RJ), José Eduardo Dutra (SE) e Eduardo Suplicy (SP), do PT; Juvêncio da Fonseca (MS) e Maria do Carmo Alves (SE), do PFL; Arlindo Porto (PTB-MG); Osmar Dias (PSDB-PR); e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Programação de TV preocupa senadores

Projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que determina a inserção de mensagens de interesse social superpostas às imagens da TV, no horário nobre, levou os membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) a debaterem a necessidade de regulamentação da programação das emissoras de televisão.

Diante da polêmica formada, a presidente da CI, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), determinou o adiamento da votação do projeto, relatado favoravelmente pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Até que seja incluída novamente na pauta, a proposta de Alcântara será remetida à comissão especial que estuda projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que reformula o Código Brasileiro de Telecomunicações. Emilia informou que a Comissão de Educação (CE) ter aprovado requerimento convocando os ministros da Educação, Paulo Renato, e das Comunicações, Pimenta da Veiga, para falar sobre a TV Educativa.

– Essa pode ser uma oportunidade para aprofundar o debate sobre a ética e as contribuições que as emissoras de televisão estão dando ao país – disse Emilia.

O relator reclamou que as autorizações para operação de rádios comunitárias não estão sendo aprovadas pelo Ministério das

Comunicações. Para ele, as grandes emissoras criam obstáculos para que as comunitárias funcionem nos municípios. Nesse sentido, Valadares destacou o objetivo democrático e social do projeto de Alcântara. O projeto obriga as emissoras a inserir mensagens “de natureza educativa e de incontestável interesse social”, gratuita e diariamente, entre as 19h e 23h, excetuados os intervalos comerciais.

– Se aprovado, esse vai ser o “trem” mais chato da televisão. Há outras maneiras de fazer esse serviço comunitário – disse o senador Gerson Camata (PMDB-ES) sobre o projeto de Alcântara, contando com o apoio do senador Osmar Dias (PSDB-PR).

O senador pelo Paraná lembrou a existência de projeto da ex-deputada Marta Suplicy (PT-SP), pelo qual os senadores podem sugerir aperfeiçoamentos na programação de maneira profunda e global. Para Osmar Dias, são necessários parâmetros para que os programas tenham conteúdo mais educativo e deixem de estimular a violência e a promiscuidade.

– Se há proposta para reformulação da programação, vamos levá-la adiante. Deixar a televisão como está é omissão nossa. Essa violência que observamos hoje é culpa da TV – disse o senador Alberto Silva.

Educativas terão taxa menor

Foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), projeto de lei da senadora Emilia Fernandes que reduz os valores das taxas de fiscalização de instalação e funcionamento de serviços de radiodifusão de sons e imagens cobradas de emissoras educativas. A matéria, que já havia recebido pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), teve como relator na CI o senador Arlindo Porto (PTB-MG).

– As empresas de radiodifusão educativa estão impedidas de veicular publicidade, o que torna impraticáveis, para elas, os valores das taxas de fiscalização estabelecidos na Lei 9.691/98, que as equipara às empresas comerciais do setor. O projeto corrige essa injustiça – relatou Porto.

O senador Osmar Dias, relator da proposta na CAE, apoiou os argumentos de Porto. Para o senador Gerson Camata, os senadores deveriam alterar a lei citada mais profundamente. Na sua opinião, grandes emissoras podem contribuir mais para a manutenção da fiscalização.

– O japonês que vende verdura paga mais imposto que as emissoras e operadoras de cabo. Está na hora de se deter-

minar que quem tem mais deve pagar mais – afirmou Camata, contando com o apoio de Osmar Dias e Arlindo Porto.

O projeto de Emilia propõe que as emissoras educativas paguem 20% do valor cobrado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) das emissoras comerciais. Ele também apresenta uma tabela com taxas distintas para cidades pequenas e médias, de acordo com a realidade econômica de cada uma.

– Cometeu-se uma injustiça com a radiodifusão educativa, pois a tabela aprovada pelo Congresso fixa valores da taxa de fiscalização de instalação que se situam entre R\$ 12.200,00 e R\$ 34.065,00, dependendo do tamanho da cidade em que opera a estação – avalia Emilia.

Pela proposta de Emilia Fernandes, a taxa de fiscalização de instalação ficaria entre R\$ 488,00, para estações em municípios de até 50 mil habitantes, e R\$ 6.813,00 para as situadas em cidades acima de 5 milhões de habitantes.

A taxa de fiscalização de instalação de estação é cobrada uma única vez, quando se instala a emissora. A taxa de fiscalização de funcionamento é devida anualmente pelas estações e os valores são fixados em metade dos cobrados pela de instalação.